



**COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE  
JUSTIÇA DO BRASIL**

**ATA DO 90º. ENCONTRO DE PRESIDENTES**

**PRESIDÊNCIA: Des. MARCUS ANTONIO DE SOUZA FAVER  
PERÍODO DE 26 e 27 DE JANEIRO DE 2012.  
LOCAL – TERESINA / PIAUÍ.**

A abertura dos trabalhos ocorreu às dezenove horas, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, com as presenças de vinte e dois presidentes e representantes de Tribunais estaduais. Nos termos do Estatuto do Colégio de Presidentes, o Encontro de Teresina foi precedido de Edital de Convocação dos participantes para a 90ª Reunião Ordinária do colegiado, para a qual foram elencados os seguintes temas: “O Juiz e a Constituição” (Prof. Edilson Farias); “Funções políticas dos Tribunais de Justiça” (Des. Nagib Slaib Filho); “Indicação do Colégio de Presidentes como representante dos Tribunais Estaduais”, “Eleição da nova Comissão Executiva” e “Assuntos internos”.

O Encontro foi aberto pelo presidente anfitrião, desembargador Edvaldo Pereira de Moura, e pelo presidente da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, desembargador Marcus Antônio de Souza Fazer.

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is stylized and appears to be the name of Marcus Antônio de Souza Fazer.

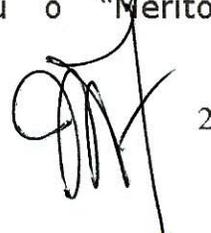
Entre as autoridades que prestigiaram a solenidade de abertura, estiveram o governador do Piauí, Wilson Martins; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Themístocles Filho; e o prefeito de Teresina, Elmano Ferrer.

Um coral de vaqueiros, do município piauiense de União, entoou o Hino Nacional e um breve cancionero de músicas sertanejas.

Abrindo os pronunciamentos, o desembargador Marcus Faver dirigiu-se aos presentes enfatizando a necessidade do fortalecimento do Judiciário brasileiro, de modo a resgatar a ativa participação dos magistrados na vida social e política do país. O presidente anfitrião Edvaldo Pereira pronunciou-se destacando a necessidade de um recrudescimento nas atitudes do Poder Judiciário, com o intuito de salvaguardar o Estado Democrático de Direito.

Em seu pronunciamento, o governador Wilson Martins elogiou o esforço dos tribunais em realizar uma troca de experiências, proporcionando um nivelamento de ideias frente a assuntos relevantes do cotidiano do Brasil. Martins relacionou, ainda, o Judiciário como importante parceiro do Poder Executivo.

Ainda na cerimônia, foram agraciados com o Colar do Mérito Judiciário os presidentes dos Tribunais de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori; de Minas Gerais, desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa; de Sergipe, desembargador José Alves Neto; e de Pernambuco, desembargador José Fernandes de Lemos. Também foram laureados o desembargador Nagib Slaib Filho, do Rio de Janeiro, e o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, desembargador Nelson Calandra. O desembargador Marcus Faver recebeu, junto com o presidente da Escola Superior de Magistratura de Tocantins, desembargador Marco Villas Boas, a medalha "Álvaro Mota", da ESMEPI, Escola Superior da Magistratura do Piauí. Já das mãos do governador Wilson Martins, Marcus Faver recebeu o "Mérito



2

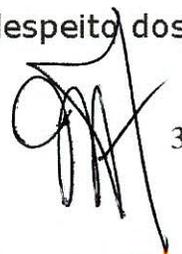
Renascença”, do Governo do Estado. Falando em nome dos homenageados, Nelson Calandra emocionou a todos ao rememorar o caso da juíza Patrícia Acioli, morta por combater interesses do crime organizado.

O coral *Vox Justitia* apresentou-se ao final da solenidade com a música folclórica “Bumba-Meu-Boi” e o Hino do Estado do Piauí. Por último, o desembargador Edvaldo Moura acompanhou ao violão sua filha Vitória na canção “Amigos para Sempre”, dita, naquela oportunidade, como “o Hino do Colégio de Presidentes”.

Às nove horas da manhã seguinte, na sala de eventos do Metropolitan Hotel, foram iniciadas as atividades pelo desembargador Marcus Faver. Em razão do considerável número de presidentes recém-empossados e para facilitar o conagração destes com os demais, Faver solicitou uma breve apresentação de cada participante.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, apresentou o projeto de Parceria Público-Privada – PPP, para o Judiciário nacional. O projeto abre a possibilidade de captação de recursos externos para financiamento de obras e serviços da Justiça. A proposta de PPP foi bem acolhida. “Sou totalmente favorável à PPP, e a vejo como única saída para o Tribunal de Justiça de São Paulo quitar débitos”, disse o presidente do Tribunal paulista, desembargador Ivan Sartori, que, na semana seguinte ao encontro, apresentará novo pedido de apreciação da matéria ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Guerreiro Júnior agradeceu o acolhimento dado ao projeto. “O apoio do Colégio traz novo alento para a PPP do Judiciário”, comentou o presidente do TJMA, que distribuiu um memorial sobre o tema.

Em seguida, o desembargador Edvaldo Moura apresentou o primeiro palestrante, o promotor de Justiça Edilson Pereira de Farias, que discorreu sobre o tema “O Juiz e a Constituição”. A despeito dos



3

desafios e preocupações enfrentados na atualidade pelo Judiciário nacional, Farias afirmou que a instituição está forte e destacou a importância dela: "Não existe Constituição sem Poder Judiciário forte e independente", assegurou o promotor. Sobre os juízes, classificou-os como guardiães dos valores supremos da sociedade e fez um parâmetro da função dos juízes segundo as Constituições de outros países, como Estados Unidos e França.

O desembargador Marcus Faver fez a apresentação do balanço de contas do exercício 2011, entregando os demonstrativos de desempenho financeiro do Colégio de Presidentes. O presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador João de Jesus Abdala Simões, elogiou a condução administrativa do colegiado, destacando o que chamou de "formidável balanço positivo das finanças do Colégio". Ao conclamar os colegas pela aprovação do balanço, Abdala Simões também defendeu um planejamento de como utilizar os recursos em caixa. Submetida a votação, as contas foram aprovadas por unanimidade.

O presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, desembargador Roosevelt Queiroz Costa, propôs uma homenagem à juíza assassinada Patrícia Acioli, do Rio de Janeiro. A proposta foi acolhida prontamente pelo desembargador Marcus Faver, que ressaltou o crescente número de atentados e ameaças a magistrados.

O segundo palestrante foi o desembargador Nagib Slaib Filho, do Tribunal de Justiça fluminense, com o tema "Função Política do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro". Em sua análise, referiu-se ao caráter político exercido pelo juiz quando, muitas vezes para decidir uma sentença, ele precisa completar, com seu discernimento sobre a realidade, as lacunas que a letra da lei não abrange. "Nós temos um poder político, um poder social, um poder institucional", disse o desembargador que justificou que todos buscam a solução de seus conflitos no Poder Judiciário, mesmo quando se trata apenas de

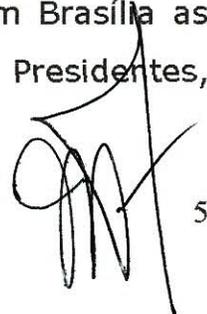


4

jurisdição voluntária. Como comparação, ele mencionou o CNJ, que não tem poder político, mas tão somente administrativo. No entendimento dele, o CNJ não pode vincular os Tribunais a uma determinação quando esta diz respeito à função política dos Tribunais de Justiça. Nesses casos, o único centro normativo para os Tribunais é a Constituição Federal.

Após a palestra, o presidente da AMB, desembargador Nelson Calandra, apresentou algumas comunicações. Primeiro a de pesar pelo falecimento do ministro aposentado Djaci Alves Falcão, do Supremo Tribunal Federal - STF, no dia de ontem, 26 de janeiro. Marcus Faver disse que o Colégio de Presidentes também manifestará as condolências. Calandra anunciou que a AMB, por sugestão do presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, vai contratar um especialista em gestão de crise de imagem para ajudar todos os Tribunais e juízes brasileiros, no intuito de minimizar o desgaste do Judiciário frente à crise instalada entre o CNJ e representantes da magistratura. Calandra falou também sobre o caso dos depósitos judiciais, cujo Projeto de Lei, que tramita no Senado Federal, prevê a destinação de vinte e três por cento dos rendimentos para o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria dos Estados. Visando evitar que a repartição dos rendimentos aconteça, Calandra afirmou que tem diligenciado esforços ao lado do desembargador Marcus Faver junto a representantes de bases políticas. Por fim, Nelson Calandra tratou do Plano de Previdência Complementar, alertando os presidentes sobre leis específicas em seus Estados, como a que foi elaborada em São Paulo, mas sem que haja ainda uma Lei Complementar da União. Ele conclamou os presidentes para estarem unidos em defesa do Judiciário.

Marcus Faver anunciou que foram inauguradas em Brasília as novas instalações da sede institucional do Colégio de Presidentes,



5

agora mais amplas, que ficam nas dependências do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Ele aproveitou o ensejo para agradecer o presidente daquele Tribunal, desembargador Otávio Augusto Barbosa, pelo apoio que tem devotado ao Colégio.

O desembargador Marcus Faver reportou-se a um fato ocorrido em Porto Alegre por ocasião da reunião, em novembro de 2011, de apresentação das Metas do CNJ para 2012. Ele disse ter havido um incidente constrangedor para a Justiça estadual, que ficou sem ter um representante na composição da mesa oficial. A lacuna foi provocada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ, ministro Ari Pargendler, que anunciou que, naquele ato, somente representava a Justiça Federal. Baseado nesse episódio, Faver propôs que o Colégio de Presidentes passe a representar os Tribunais estaduais, quando *houver uma manifestação coletiva*. A proposta foi aprovada por unanimidade.

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa, integrante da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes, fez pronunciamento de agradecimento por sua eleição, ocorrida em Encontro anterior, e se disse honrado com a indicação recebida para integrar a Comissão Executiva. Ele destacou a figura do desembargador José Fernandes Filho, um dos fundadores do Colégio de Presidentes, a quem substituiu na Comissão. Fez também alusão a nomes de personalidades dos Estados do Piauí e de Minas Gerais e a ligação fraterna entre seus povos. Marcus Faver disse que o Colégio o recebia com muito orgulho.

Na sequência, Faver apresentou carta do desembargador Léo Lima, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde pedia o seu afastamento em definitivo da Comissão Executiva, tendo em vista que ia se aposentar e dedicar-se à advocacia. Lembrou o Presidente que dever-se-ia buscar em substituição um representante da Região



6

Sul, não sem antes enaltecer e agradecer os trabalhos e a competência do Des. Leo Lima em todas as atividades do Colégio. A Comissão Executiva externou fosse convidado o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfourri, o qual disse que aceitava a indicação. Tendo em vista que se aproximava o término dos mandatos e para que houvesse coincidência nos mesmos, a Presidente do Tribunal de Justiça do Pará sugeriu que se procedesse uma eleição geral de todos os membros da Comissão Executiva, tal como constava da convocação. A sugestão foi acolhida por unanimidade sendo eleitos por aclamação os novos membros e reeleitos os demais, ficando assim constituída a Comissão Executiva do Colégio: Des. Marcus Antonio de Souza Faver (Presidente); Desa. Marilza Maynard Salgado de Carvalho (Secretária); Des. Caio Otávio Regalado de Alencar; Des. Milton Augusto de Brito Nobre; Des. João de Jesus Abdala Simões; Des. Cláudio Renato dos Santos Costa; Des. Miguel Kfourri Neto e Des. Otávio Augusto Barbosa. O novo mandato terá início no próximo dia 22 de abril do corrente ano.

O Des. Kfourri pediu a palavra e se disse honrado pela escolha de seu nome e se colocou à disposição de todos.

O desembargador Otávio Augusto Barbosa, eleito para substituir, por motivo de saúde, o Des. Lécio Resende da Silva, agradeceu ao que chamou de homenagem à Brasília. Lembrou que seu pai, também fora desembargador no mesmo órgão, e que amava a capital federal.

Os trabalhos da manhã foram encerrados pelo desembargador Edvaldo Moura, após agradecer as palavras de conagraçamento do desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa referente aos povos dos Estados de Minas Gerais e do Piauí.

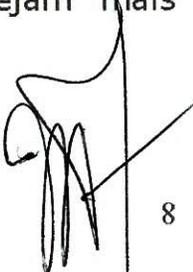
No retorno dos trabalhos, às quatorze horas, a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Telma Britto, em sua última participação junto ao colegiado pelo decurso do biênio de sua



7

administração, agradeceu o convívio com todos os participantes. “Foram muitas as amizades feitas nesse percurso”, contabilizou a desembargadora.

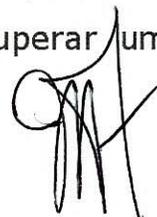
O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori, defendeu o fortalecimento cada vez maior do Colégio de Presidentes. Segundo ele, é o Colégio que vai defender institucionalmente a Justiça dos Estados. Sartori falou das dificuldades de presidir o TJSP pela grandiosidade de seu tamanho. Ele reconheceu que, nem sempre, os presidentes que o antecederam tiveram o perfil administrativo necessário para lidar com os desafios. Para Sartori, o projeto de Parceria Público-Privada, apresentado pelo presidente Guerreiro Júnior, do Tribunal maranhense, é a melhor solução para o Tribunal de Justiça de São Paulo, que, segundo ele, está com sua estrutura sucateada, com fóruns deteriorados. O presidente paulista aproveitou o momento para pedir o apoio do colegiado no sentido de auxiliá-lo na administração do Tribunal. Ele falou do momento difícil por que passa o Judiciário e das suspeições lançadas a partir das considerações do CNJ, sobre supostos recebimentos salariais atípicos por magistrados paulistas. Sartori disse que instaurou procedimento para apurar os fatos, mas encontrou dificuldade para esclarecer à imprensa. De acordo com ele, a mídia distorceu a realidade por estar ávida por matérias sensacionalistas. Disse que vem procurando esclarecer ao máximo a imprensa, de modo a demonstrar transparência nas ações do Tribunal e a conquistar credibilidade junto à sociedade. Outro problema elencado foi o episódio da reintegração de posse de um terreno por decisão da Justiça, quando foi necessária a requisição de força policial. A desocupação acabou sendo explorada por discursos político-partidários que atacaram o Poder Judiciário. Sartori sugeriu que as experiências administrativas sejam mais partilhadas entre os Tribunais.



8

Faver manifestou ao presidente paulista um voto de profundo reconhecimento por ter dado transparência aos problemas de seu Tribunal ao tempo em que tem buscado soluções. Foi levantada a questão da contratação de advogados pelo TJSP para poder ajuizar ações de interesse do Judiciário. Faver disse que, em sua experiência à frente do Judiciário fluminense, firmou convênio com a Procuradoria do Estado para reservar um grupo de procuradores às causas do Tribunal. Sartori disse que o TJSP também possui tal convênio, mas sente dificuldade porque muitas ações precisam ser ajuizadas contra o Poder Executivo, a quem a Procuradoria do Estado está subordinada. Em seguida, Faver trouxe à discussão o aproveitamento dos rendimentos dos depósitos judiciais para investimentos no aparelhamento do Poder Judiciário, sem que seja necessário dividir os rendimentos com o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria do Estado. Faver argumentou que os rendimentos são gerados no âmbito estrito do Poder Judiciário e que, por isso, o usufruto dos rendimentos não podem ser aproveitados por outras instituições. Ele lembrou que foi realizado um trabalho de esclarecimento aos deputados federais para colher assinaturas no sentido de retirar do texto a partilha de tais rendimentos. Foi alcançado o número necessário para levar a votação ao Plenário, mas a retirada de algumas assinaturas por parte dos deputados, na última hora, retirou o projeto da pauta.

Na sequência, seguiu-se debate sobre as instituições bancárias que podem receber as aplicações dos depósitos judiciais. Foi esclarecido pelo desembargador Marcus Faver que somente são permitidos pelo CNJ os bancos oficiais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Faver lembrou do caso do Tribunal goiano, em que depósitos judiciais aplicados no Banco Santos, ocasionaram até a indisponibilidade dos bens pessoais do então presidente, depois que a instituição bancária decretou falência em 2005. A partir da administração da massa falida, o TJGO conseguiu recuperar uma



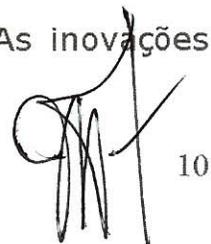
9

parte dos valores, mas não todo o valor aplicado, conforme esclareceu o atual presidente, Vítor Barboza Lenza.

O presidente Lenza enfatizou que o TJGO realizou a experiência de negociar com instituições bancárias a alocação dos valores da folha de pagamento pelo prazo de cinco anos, tendo alcançado a contrapartida de sessenta e dois reais por contra-cheque depositado. Com esse recurso, foi planejada a construção de uma obra de doze andares, que vai abrigar sessenta Varas Cíveis e outras dependências como um auditório para trezentas pessoas. Acrescentou que, para arrecadar recursos com o objetivo de adquirir equipamentos de informática, de telefonia e mobiliário para o novo prédio, foram reservados dois espaços na edificação para duas agências bancárias, que pagarão antecipadamente pelo aluguel no período de dez anos.

O presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, desembargador Lupercino de Sá Nogueira Filho, fez uma abordagem sobre a possibilidade de restrição dos poderes do CNJ pelo STF. Quanto ao poder de fiscalização do CNJ, comentou que há uma vertente de pensamento que acredita na estipulação pelo STF de um período para atuação exclusiva das Corregedorias, após o qual o CNJ poderia intervir, se necessário. Contudo, Nogueira Filho ressaltou que a transparência, a fiscalização e o controle do Judiciário devem estar conciliados com o devido processo legal. "As garantias constitucionais precisam ser preservadas", disse ele. Afirmou, ainda, que o Judiciário não merece o desgaste de imagem por que está passando com a atual crise. "Nós precisamos resgatar a credibilidade da Justiça", destacou. "Como cabe ao Supremo dar a palavra final, resta-nos prestigiá-lo; demonstrar esperança e confiança na decisão a ser tomada", finalizou.

O Tribunal de Justiça do Amapá fez uma apresentação sobre os avanços tecnológicos conquistados, principalmente relacionados à comunicação de dados entre as Comarcas e a sede. As inovações

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long vertical stroke extending upwards.

estão dando suporte para a virtualização das unidades jurisdicionais e também para atender as demandas de informações geradas pelo CNJ.

O desembargador Marcus Faver anunciou que o 91º Encontro de Presidentes será realizado na cidade de Manaus-AM, nos dias 29 e 30 de março de 2012.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antônio Guerreiro Júnior, falou de seus planos de modificar o local da sede de seu Tribunal, justificando pela falta de estrutura adequada do atual prédio. Falou também da criação de mais três Varas. Ao mencionar que a Justiça maranhense completará duzentos anos em novembro de 2013, Guerreiro Júnior ofereceu o seu Tribunal para sediar um Encontro de Presidentes, durante o período alusivo às comemorações.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, sugeriu que, no próximo Encontro, pudesse haver palestras técnicas sobre a área financeira. Falou também da possibilidade de criação de uma taxa acerca dos processos da Justiça Federal que são judicializados no âmbito da Justiça estadual, sem que esta tenha nenhuma contrapartida pelo serviço prestado. Sugeriu a centralização de orientações técnico-administrativas no portal do Colégio, de modo a servir de subsídio para os presidentes.

O presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, defendeu mais investimento em comunicação para propagar fatos positivos do trabalho do Poder Judiciário, de modo a este ficar mais fortalecido diante de possíveis crises.

O desembargador Milton Nobre, membro da Comissão Executiva, citou que o CNJ chegou a criar, na gestão do ministro Gilmar Mendes, uma comissão de Relacionamento Institucional e Comunicação. Entretanto, lamentou que, depois do término daquela

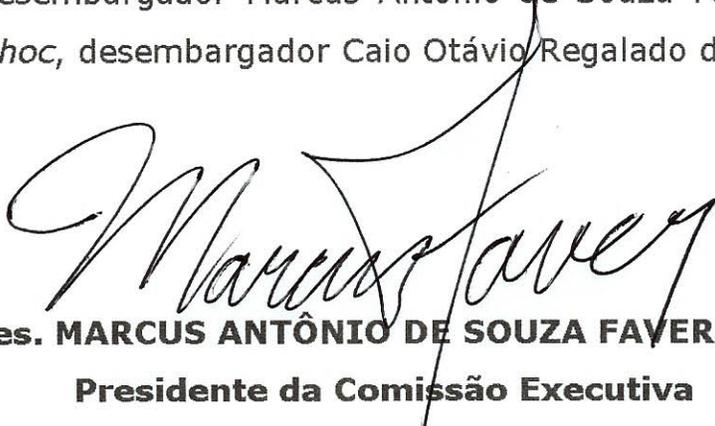


gestão, a comissão tenha sido extinta. Ele entende que o Colégio de Presidentes poderia estudar a possibilidade de estruturar um sistema de apoio à comunicação em substituição ao que o CNJ extinguiu.

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e novo membro da Comissão Executiva, desembargador Miguel Kfourri, anunciou uma série de ações de sua administração visando a melhorar a prestação jurisdicional. Falou da implantação de cinquenta e uma Varas; da criação de setenta e três cargos de juiz e de setecentos e oitenta e sete cargos de comissão para assessor de juiz, além da inauguração de vinte e sete fóruns neste ano. Citou que o Tribunal paranaense já alcançou o patamar de oitocentos mil processos eletrônicos.

O presidente anfitrião Edvaldo Pereira de Moura disse aos participantes que “o Piauí está feliz e honrado por ter sediado esse nonagésimo Encontro” e se disse sensibilizado pela presença de todos os colegas.

Ao final do encontro, foi aprovada a Carta de Teresina. Em seguida, foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pelo presidente, desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, e pelo secretário *ad hoc*, desembargador Caio Otávio Regalado de Alencar.



**Des. MARCUS ANTÔNIO DE SOUZA FAVER**  
**Presidente da Comissão Executiva**

**Des. CAIO OTÁVIO RELAGADO DE ALENCAR**  
**Secretário *Ad hoc***